

Ministro Paulo Bernardo ga-

Projeto de lei será enviado ao Congresso ainda em junho para criar quadro especial pelo regime CLT. Planejamento prepara cronograma de liberação de vagas para concursos.

Mário Messagi Jr

O ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, garantiu, em reunião com comitiva da UFPR, Hospital de Clínicas, Funpar e Sinditest, quarta, 26, em Brasília, que os trabalhadores do HC-Funpar não serão demitidos. Um projeto de lei criando o cargo de servidor CLT da União será enviado ao Congresso Nacional. Com isso, os trabalhadores poderão ficar no HC até que queiram sair ou se aposentarem.

Paralelamente, o Planejamento vai divulgar um cronograma de liberação de vagas para concurso. Com isso, os serviços especializados demandados pelo HC seriam supridos, com a substituição de mão-de-obra, sem provocar ruptura ou perda de competência na equipe. Paulo Bernardo também se comprometeu com a negociação com o Ministério Público do Trabalho, para rever o Termo de Ajuste de Conduta, que estipula a demissão dos empregados HC-Funpar até dezembro de 2010. Segundo o reitor Zaki Akel Sobrinho, a firmeza do ministro foi determinante. “Todo mundo está saindo aliviado”, disse.

Compromisso cumprido

O desfecho com o compromi-



Comitiva contou com o deputado Angelo Vanhoni, Gleisi Hoffmann e representantes da UFPR, HC, Funpar e Sinditest

so firme do poder executivo com a solução do problema foi o resultado de uma estratégia de ação bem delineada e cumprida à risca pela administração central da UFPR. Desde a posse como reitor, Zaki havia garantido que não demitiria nenhum trabalhador. No dia 24 de fevereiro, em assembleia convocada pelo Sinditest, o reitor repetiu o compromisso. “Se chegarmos ao dia 31 de dezembro e não tivermos uma solução, eu vou

ser preso, mas não vamos demitir nenhum de vocês”, disse.

A partir dali, uma ação coordenada de sensibilização política começou. Com apoio do deputado federal Angelo Vanhoni e da ex-presidente do PT Estadual Gleisi Hoffmann, a reunião com o ministro Paulo Bernardo foi agendada. “Foi uma grande vitória. Marcou a reunião de todas as forças que querem resolver este assunto”, afirmou Zaki.

Em seguida, foi a vez da reunião com Paulo Bernardo. Em todos os ministérios, a comitiva foi bem recebida. Todos se mostraram sensíveis para resolver o problema.

Assembléia comunitária

Em assembléia no dia 27, Zaki relatou para os trabalhadores do HC o resultado do trabalho em Brasília. Emocionado, chorou, como diversos outros na platéia. O vice-presidente do Sinditest, Antônio Néris, sintetizou o sentimento dos envolvidos. “Nós sofremos muito com esta situação da Funpar, mas hoje estamos comemorando”, disse. O presidente do Sinditest, Wilson Messias, defendeu a união do sindicato com a reitoria e a direção do HC. “Este é o primeiro passo concreto para a resolução do problema”, afirmou.

O trabalho agora será no Congresso, para sensibilizar os deputados e senadores. 18 mil profissionais devem ser beneficiados no Brasil com a medida.



Reitor Zaki Akel entrega documento para ministro Paulo Bernardes

Morton Nohama

Caravana

O trabalho político em Brasília começou com uma reunião no MEC, com o ministro Fernando Haddad, o secretário executivo Henrique Paim e a secretária de Educação Superior Maria Paula Dallari. O objetivo era unir forças de todos os ministérios envolvidos na questão. O MEC afirmou que o HC é um modelo pelo quantitativo de pessoal que trabalha para atender o volume de serviços. Haddad garantiu, de imediato, seu compromisso para resolver o problema.

Iliens Oliveira de Souza/Planejamento

Aposentados e pensionistas terão que se cadastrar de agosto a novembro

A não participação no processo excluirá este público do cadastro do Siape

Celsina Favorito

Os 3.081 aposentados (1.255 docentes e 1.826 técnicos administrativos) e os 917 pensionistas da UFPR que recebem proventos através do Siape deverão participar, de agosto a novembro deste ano, da atualização cadastral que será realizada pelo Ministério do Planejamento. A atualização está prevista no Decreto 7.141, de março de 2010.

O não recadastramento fará com que os proventos dos beneficiários sejam suspensos a partir de janeiro de 2011. Portanto, a participação no processo é de “fundamental importância”, ressalta a pró-reitora de Gestão de Pessoas, Laryssa Martins Born. Segundo ela, a suspensão do pagamento será feita por um mês e caso, mes-

mo assim, o beneficiário não atualize o seu registro, seu nome será excluído do cadastro e da folha de pagamento do Siape. Hoje, 700 mil aposentados e pensionistas estão no Siape, em todos os estados da Federação.

Como se recadastrar

Para participar do recadastramento é necessário que o aposentado ou pensionista compareça em uma agência do Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal (preferencialmente na que o beneficiário recebe os proventos). Munido de documento de identidade, comprovante de residência e um contracheque.

Na impossibilidade de comparecer pessoalmente à agência bancária, em função de doenças graves que impeçam a locomoção,

os aposentados e beneficiários poderão nomear um representante legal. Neste caso, uma assistente social do INSS fará uma visita ao domicílio para a comprovação de vida do beneficiário.

No cronograma de realização do projeto, divulgado pelo Ministério do Planejamento, estão previstos, também, a emissão de avisos para os que não realizarem o cadastramento, a publicação de edital de convocação e a visitação à residência dos que nomearam representantes legais (de outubro a dezembro de 2010).

Cumprimento da legislação

Laryssa Born ressalta que mesmo os aposentados e pensionistas que fizeram recentemente a atualização cadastral na Progepe terão que ir até a agência

bancária para participar deste cadastramento promovido e centralizado pela Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento.

Dirigentes deste órgão lembram que a atualização cadastral anual foi determinada em 1988, através de um decreto do então presidente Fernando Henrique Cardoso. No entanto, muitos órgãos descumpriam a legislação. Por isso, agora será feita uma atualização de forma sistemática, com a centralização pelo Ministério do Planejamento.

Com esse recadastramento o Ministério pretende melhorar a qualidade dos dados, para que possa exercer controle rigoroso e examinar a legitimidade e a legalidade na concessão de aposentadorias e pensões. A idéia é promover transparência e melhoria de gestão.

Veja a íntegra do cronograma de realização do projeto de cadastramento acessando o site da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (www.progepe.ufpr.br).

Cadastramento 2009

A auditoria realizada na UFPR, pela CGU – Controladoria Geral da União no Paraná, determinou que os aposentados e pensionistas que não realizaram seu cadastramento nos anos de 2008 e 2009, deverão comparecer na Central de Atendimento da Progepe (Rua Dr. Faivre, 590, térreo).

Eles deverão, segundo a pró-reitora, se cadastrar agora e, também, no período de agosto a novembro, quando o Ministério do Planejamento estará fazendo, em todo Brasil, o cadastramento de todos os servidores públicos federais.



Aposentados em evento da Progepe em maio de 2009

O jornal Informe Servidor é uma publicação da Assessoria de Comunicação Social da Universidade Federal do Paraná.
Rua Dr. Faivre, 405 - CEP: 80060-140 Fones: 41 3360-5007 e 41 3360-5008
Fax: 41 3360-5087 E-mail: acs@ufpr.br

Reitor Zaki Akel Sobrinho | Vice-Reitor Rogério Mulinari
Edição e Jornalista Responsável Mário Messagi Júnior - Reg. Prof.: 2963
Projeto Gráfico e Diagramação Juliana Karpinski
Impressão Imprensa Universitária Revisão Sandoval Matheus | Tiragem 6 mil exemplares

Santé atende comunidade da UFPR

Nos últimos seis meses, 251 alunos, docentes e técnicos foram atendidos pela Plus Santé, empresa contratada pela PRA para prestar atendimento pré-hospitalar. A Santé atende 24 horas por dia, de segunda a domingo, inclusive nos feriados, pelo telefone 3342-2525. As unidades/campi que mais solicitaram os serviços foram: Politécnico (64), SEPT (47), Progepe (29) e Setor de Ciências da Saúde (27).

Zaki recebe de servidores processo de incorporação do VBC

Texto solicita providências para que sejam repassadas em folha de pagamento correções salariais

Ciro Campos

O reitor da Universidade Federal do Paraná, Zaki Akel Sobrinho, recebeu, dia 24, de representantes dos técnicos-administrativos da instituição a proposta de incorporação do vencimento básico complementar (VBC). O texto solicita providências para que sejam repassadas aos servidores na próxima folha de pagamento as correções salariais de anos anteriores. O pedido será encaminhado pelo reitor ao Ministério da Educação (MEC) ainda nessa semana.

Segundo consta na solicitação entregue, quando o Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativo em Educação (PCC-TAE) foi implantado em 2005, 90% dos servidores foi enquadrado com salário base abaixo do anterior. Para evitar que isso acontecesse, foi criado em setembro do mesmo ano o dispositivo chamado Vencimento Básico Complementar (VBC), que representava essa diferença de remuneração no momento do enquadramento.



O reitor Zaki Akel Sobrinho e Marcos Solivan da Progepe recebem documento dos técnicos Sérgio Castro e Mário Setim

Em janeiro de 2006 foi alterado o step da Tabela de Vencimento de 3% para 3,6%. Com isso os vencimentos básicos sofreram alterações e o VBC foi recalculado para conter entre o padrão antigo e o novo. Porém, quem tinha o VBC no contracheque não obteve

recomposição salarial.

Um dos representantes dos técnicos-administrativos presentes na entrega, Sérgio Castro, disse que conta com a ajuda do reitor para que a correção se concretize. “Avaliamos que outras universidades federais já

estão implantando esse mesmo processo administrativamente”, conta.

O reitor da UFPR salientou a importância de se resolver a situação e revelou que vai consultar no MEC o andamento dessa demanda.

Ministério do Planejamento analisa correção do reajuste dos

Celsina Favorito

A correção monetária do reajuste de 28,86%, solicitada pela UFPR com base na Súmula 48/2009 publicada pela Advocacia Geral da União, está sendo analisada pela Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento. Tão logo os estudos sejam concluídos, será encaminhada orientação à UFPR e demais órgãos e entidades que estão reivindicando a correção.

A informação foi recebida pela Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, em resposta à consulta feita, de forma coletiva, em nome dos 2.691 docentes e técnicos admi-

nistrativos e dos 132 pensionistas da Instituição, que assinaram acordo com o Governo Federal, em 1999. O reajuste foi pago em 14 parcelas, durante o período de 1999 a 2005, lembra a diretora do Departamento de Pessoal da Progepe, Ana Maria Cruz.

A dirigente ressalta que, apesar de não se ter previsão de quando o pagamento desta correção acontecerá, “é importante que a UFPR seja incluída nos estudos que estão sendo realizados pelo Ministério do Planejamento”. Assim que a Progepe receber comunicado da Secretaria de Recursos Humanos, divulgará a informação junto à comunidade universitária, garante.

Bolsa sênior para técnico administrativo é mantida e reajustada

Celsina Favorito

As 160 bolsas seniores disponibilizadas aos servidores técnicos administrativos aposentados da UFPR passarão de R\$600 para R\$750, a partir de agosto. O reajuste de 25% vale para os seniores que pretendem renovar a bolsa e para os novos bolsistas. A determinação de reajuste no valor partiu da reitoria para valorizar os servidores aposentados.

Na segunda quinzena de junho, a Coordenação de Planejamento de Pessoal da Progepe estará divulgando edital com informações sobre o período de inscrição para os aposentados que desejam continuar no Subprograma de Disseminação de



Experiência valorizada

Conhecimento Técnico Sênior, bem como, para os que querem iniciar atividades a partir de agosto próximo.

Rodrigo Juste Duarte

Leonardo Bettinelli

Técnicos administrativos recém ingressos podem solicitar incentivo à qualificação

Regra que estabelecia prazo mínimo de quatro anos mudou em 2005

Celsina Favorito

Os técnicos administrativos que estavam aguardando os quatro anos de efetivo exercício no cargo ocupado para solicitar o incentivo à qualificação não precisam mais esperar. “Esta exigência foi supri-

mida, através da Lei 11.478, que deu nova redação para o artigo 12 da Lei 11.091, publicada em 2005”, explica José Roberto Cavazzani, coordenador de Desenvolvimento de Pessoas da Progepe.

Com esta mudança, os técnicos que não tinham quatro anos

de efetivo exercício na data do Enquadramento no PCCTAE (até 28 de fevereiro de 2005) e os que ingressaram na UFPR após março de 2005 podem encaminhar seus pedidos para análise e inclusão, no salário, do percentual financeiro correspondente aos

diplomas apresentados.

Marinez da Silva, chefe da Unidade de Avaliação da Progepe, esclarece que somente têm direito ao incentivo à qualificação, os técnicos administrativos que tiverem concluído cursos da educação formal que superem a escolaridade exigida pelo cargo. Portanto, se a exigência era o ensino de graduação e atualmente o servidor possui certificados de especialização, mestrado ou doutorado, ele poderá solicitar o incentivo desta qualificação.

Os técnicos administrativos com direito ao incentivo à qualificação devem entrar no site www.progepe.ufpr.br (link formulários), preencher e assinar o requerimento, abrir processo na sua unidade de lotação e anexar cópia do certificado de conclusão do curso, autenticada ou com fé pública. Em seguida, deve enviar o processo, via malote, à UFRC/DAP/Progepe.

Mais informações podem ser obtidas na Unidade de Avaliação, 1º andar da Progepe, ou entrar em contato pelos ramais 4514 e 4532.



Izabel Liviski

Servidores são capacitados para produzir websites

É vantagem para o servidor da UFPR pedir aposentadoria especial?

UFPR consulta Ministério do Planejamento para garantir direitos do servidor

Celsina Favorito

O cumprimento do Mandado de Injunção nº MI1554/DF, que trata da aposentadoria especial, determinado pela Advocacia Geral da União, garantirá aos profissionais da UFPR todos os direitos que eles possuem, sendo servidores federais? Este público terá direito, por exemplo, à paridade (garantia dos mesmos direitos financeiros que os servidores da ativa)?

Este é um dos questionamentos que a UFPR está fazendo, através de sua Pró-reitoria de Gestão de Pessoas, ao Ministério do Pla-

nejamento. Se for aplicado o artigo 57 da Lei nº 8213/91, que rege o Regime Geral da Previdência Social, o servidor público poderá perder direitos que são assegurados somente a ele, através do RJU – Regime Jurídico Único e demais disposições constitucionais.

Este tipo de aposentadoria é irreversível e inacumulável. Por isso, segundo a pró-reitora de Gestão de Pessoas, Laryssa Martins Born, “é importante que o servidor seja devidamente esclarecido no momento da opção pela aposentadoria especial, para que não deixe de fazer jus aos direitos adquiridos

durante anos de trabalho”.

Caso queira, o público que tem direito a este tipo de aposentadoria poderá fazer esta opção ou aguardar a aprovação de lei específica, que tramita no Congresso Nacional.

Laryssa Born destaca que a grande maioria dos servidores envolvidos se concentra no HC, mas há também em outras unidades, como na imprensa, nos RU’s, nos laboratórios de Química, Física, Biologia, entre outros. Os profissionais que atuam nestes ambientes de trabalho convivem com situações de insalubridade, periculosidade e ficam expostos a raios-X.

Tempo de serviço

A Progepe estará, enquanto aguarda resposta da consulta feita ao Planejamento, fazendo a contagem de tempo de serviço dos servidores que fizerem formalmente a solicitação.

Interessados deverão acessar o site www.progepe.ufpr.br/formularios/cont_servico.doc, preencher, imprimir e assinar o formulário, abrir processo no SIE e encaminhar, via malote, para DAP/DB (Divisão de Benefícios) ou entregar pessoalmente na Central de Atendimento da Progepe.